



- (1) **ATA DA VIGESIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
(2) **ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES PARANÁ**, realizada no dia 05 de
(3) Setembro de 2014, com início às 8:30 horas, no Hotel Master, localizado na Rua
(4) Francisco Torres, 285, em Curitiba-PR, com a presença dos Senhores Conselheiros:
(5) **MANDATO 2014/2017: 01) Acir Ribeiro de Queiroz**, suplente, Movimentos
(6) Sociais e Populares – CONAM; **02) Adriane Nunes Ferreira**, suplente, Poder
(7) Público Estadual – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU; **03)**
(8) **Ailton Martins Lima**, suplente, ONG’s – APOFILAB; **04) Andrea Luiza**
(9) **Curalinho Braga**, titular, Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – CRESS; **05)**
(10) **Anselmo Schwertner**, titular, Movimentos Sociais e Populares – MNLM; **06)**
(11) **Aparecido da Silva Castro**, suplente, Movimentos Sociais e Populares –
(12) Confederação Nacional das Associações de Moradores-CONAM; **07) Carlos**
(13) **Augusto Storer**, suplente – Poder Público Estadual – PARANACIDADE; **08)**
(14) **Claudio Jesus de Oliveira Esteves**, titular, Poder Público Estadual – IPARDES; **09)**
(15) **Elair de Macedo E Silva Gracani**, titular, ONG’s – CEDEA; **10) Eliete de Campos**
(16) **Lima**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares – Movimento Nacional
(17) de Luta pela Moradia-MNLM; **11) Fausto Yoshinori Anami**, suplente, Poder
(18) Público Municipal Executivo – AMEPAR; **12) Gilmário Ferraz da Silveira**, titular,
(19) segmento Poder Público Estadual, entidade Secretaria de Estado do Desenvolvimento
(20) Urbano – SEDU; **13) Hilma de Lourdes Santos**, titular, Movimentos Sociais e
(21) Populares – Movimento Nacional de Luta pela Moradia-MNLM; **14) João Alberto**
(22) **Verçosa Silva**, titular, Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – CREA; **15)**
(23) **João Francisco Ferreira**, titular, ONGs – AGAP-DEVIVA; **16) José Borges**,
(24) suplente, Movimento Sociais e Populares – MNLM; **17) José de Souza Leal Neto**,
(25) titular, Poder Público Federal – SPU; **18) Joselli Colaço**, suplente, Movimento
(26) Sociais e Populares – CMP; **19) Jocely Maria Thomazoni Loyola**, suplente, Poder
(27) Público Estadual, Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR; **20) Libina da**
(28) **Silva Rocha**, suplente, Movimentos Sociais e Populares – UMP; **21) Luiz de Mauro**,
(29) titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, Confederação Nacional das
(30) Associações de Moradores – CONAM; **22) Luis Cândido Ferreira Martins**,
(31) suplente, Empresários – SINDICON-NORTE-PR; **23) Lyana Bacil**, suplente, Poder
(32) Público Estadual, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU; **24)**
(33) **Marcia Gomes de Oliveira Marinho**, titular, Movimentos Sociais e Populares –
(34) MNLM; **25) Maria Neuza Lima de Oliveira**, suplente, Área dos Trabalhos -
(35) SINTRACON; **26) Maria Inez Gomes**, Titular, Movimentos Sociais e Populares -
(36) UMP; **27) Marli Segato Babinski**, suplente, Trabalhadores – Sindicato dos
(37) Empregados do Comércio de Pato Branco; **28) Mauro Sergio Langowski**, titular,
(38) Movimentos Sociais e Populares – CMP; **29) Marcos Antônio Levandoski**,
(39) suplente, Poder Público Municipal – AMCG; **30) Neuroci Antonio Frizzo**, titular,
(40) Poder Público Municipal – AMOPI; **31) Nilson Lopes Andrade**, titular, Poder
(41) Público Municipal – AMUVI; **32) Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski**,
(42) titular, Poder Público Federal, UFPR; **33) Orlando Bonette**, titular, Movimentos
(43) Sociais e Populares – União por Moradia Popular-UMP; **34) Lorreine Vaccari**,
suplente, área dos Trabalhadores - Sindicato dos Arquitetos e urbanistas no Estado



(44) do Paraná – SINDARQ; **35) Ronald Peixoto Drabik**, titular, Área Empresarial –
(45) Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de Cascavel - ACIC; **36) Sandro**
(46) **Almir Setim**, titular, Poder Público Estadual – COMEC; **37) Silvio José Gonçalves**,
(47) titular, Movimento Sociais e Populares – MNLM; **38) Sirlei Cesar de Oliveira**,
(48) Titular, área dos Trabalhadores – FETRACONSPAR; **39) Valdir Aparecido**
(49) **Mestriner**; titular, área dos Trabalhadores – SINDIURBANO; **40) Zilda Maria**
(50) **Cavalarini**, suplente, Movimentos Sociais e Populares, Central de Movimentos
(51) Populares – CMP; **41) Valentim Nada da Silva**, suplente, Empresários -
(52) Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - ACIFI; **42) Vivian Colley**,
(53) suplente – Poder Público Estadual – SEIL; **43) Walter Xavier**, titular, Empresários –
(54) ACP. Presente como observadores: **Maria Fernanda – MP; Ana Carolina Soares-**
(55) **MP**. Qual teve a seguinte pauta: 1. Abertura Regimental 2. Informes da Secretaria
(56) Executiva CONCIDADES PR; 3. Aprovação da Pauta da 25ª Reunião Ordinária; 4.
(57) Aprovação da Ata da 24ª Reunião Ordinária; 5. Indicação da Comissão Organizadora
(58) da 26ª Reunião Ordinária; 6. Apresentação sobre ‘Fracking’ feita pelo Engenheiro
(59) Ivo Pugnaroni; 7. Apresentação da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental; 8.
(60) Apresentação da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana; 9.
(61) Apresentação da Câmara Técnica de Habitação; 10. Apresentação da Câmara
(62) Técnica de Planejamento e Gestão do Solo; 11. Apresentação dos Grupos de
(63) Trabalho. Abertura feita pelo Secretário Executivo do CONCIDADES-PR Sr. Mauro
(64) Rockenbach, o qual começou a reunião agradecendo a presença de todos e
(65) informando sobre o convite do Ministério Público a todos os Conselheiros para
(66) participarem do Curso Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, a ser realizado
(67) dia 12 de Setembro de 2014. Após o Secretário Executivo convidou os membros da
(68) Comissão Organizadora da 25ª R.O. para comporem a mesa, Conselheiros: Izabella
(69) Maria Swierczynski – Poder Público Estadual; Neuroci Frizzo – Poder Público
(70) Municipal; Honorina Irene Silva Santos – Movimentos Sociais e Populares; Walter
(71) Xavier – Área Empresarial; Marli Segato Babinski – Área dos Trabalhadores; Paulo
(72) Rolando de Lima – Área Acadêmica e de Pesquisa; Ailton Lima – ONG’s. E deu
(73) sequência a reunião lendo os informes da Secretaria Executiva da CONCIDADES
(74) para a 25ª R.O. **1) Informes da Secretaria Executiva: 1) Conselheiros que**
(75) **justificaram ausência na 25ª Reunião Ordinária: Claudio Roberto Kohler**,
(76) suplente, Área Empresarial – ACIMACAR; **Helio Bampi**, titular, Área Empresarial
(77) – FIEP; **José Abel Brina Olivo**, suplente, ONG’s – Observatório Social do Brasil;
(78) **Juarez Sostena Barbosa**, suplente, Poder Público Federal – SPU/PR; **Lídio Akio**
(79) **Sasaki**, titular, Poder Público Estadual – SEIL; **Luciano Marcelo Dias Queiroz**,
(80) suplente, Poder Público Municipal – AMUNORPI; **Moacyr Miranda de Oliveira**,
(81) suplente, Movimentos Sociais e Populares – UMP-PR; **Paulo Nobukuni**, titular,
(82) Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – UNICENTRO; **Roberval Biscaia da**
(83) **Silva**, suplente, Poder Público Estadual, Companhia de Saneamento do Paraná –
(84) SANEPAR; **2) Reuniões realizadas:** Reunião GT Regimento Interno realizada dia
(85) 13/08/14 às 9:00 hrs na SEDU; Reunião Comissão Organizadora da 25ª Reunião
(86) Ordinária realizada dia 13/08/14 às 14:00 hrs na SEDU; Reunião com os
(87) Coordenadores e Secretários das Câmaras Técnicas realizada dia 13/08/14 às



(88) 14:30hrs na SEDU; **3) Ofícios recebidos:** Ofício 037/2014 Central Movimentos
(89) Populares-CMP substituindo o Conselheiro Clovis Marques Lima pela Sra. Luci
(90) Otazia Ribeiro Valente; Ofício 636/GS Secretaria de Estado de Infraestrutura e
(91) Logística – SEIL substituindo a Conselheira Rejane Karan pela Sra. Vivian Colley;
(92) Ofício 123/2014 da Secretaria de Família e Desenvolvimento Social – SEDS em
(93) resposta a demanda da Câmara Técnica de Habitação; Ofício
(94) 401/GAB/ÁGUASPARANÁ do Instituto das Águas do Paraná em resposta a
(95) demanda da Câmara Técnica de Saneamento; Ofício S/N da União Por Moradia
(96) Popular do Estado do Paraná – UMP, que apresenta nova redefinição de seus
(97) representantes junto ao CONCIDADES PARANÁ, bem como nova indicação da Sra.
(98) **Maria Inêz Gomes**, saindo a Conselheira **Edna Camilo Dantas**; **4) Ofícios**
(99) **enviados:** Ofício 090/2014 CONC PR a Superintendência do Patrimônio da União
(100) do Paraná, indicando os membros titulares e suplentes para compor o Grupo de
(101) Trabalho Estadual – GTE; Ofício 091/2014 CONC PR a Secretaria de Estado do
(102) Desenvolvimento Urbano – SEDU em atendimento a demanda da CT de
(103) Saneamento; Ofício 092/2014 CONC PR a Secretaria da Família e Desenvolvimento
(104) Social – SEDS em atendimento a demanda da CT de Habitação; Ofício 093/2014 a
(105) Superintendência do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (Caixa
(106) Econômica Federal) em atendimento a demanda da CT de Habitação; **5) Informes**
(107) **Gerais** - Disponibilizado por e-mail: Apresentação da Defesa Civil – enviado dia
(108) 21/07/14; Apresentações da Caixa Econômica Federal a CT de Habitação – enviado
(109) dia 21/07/14; Lei de Saneamento Básico/Lei Federal 11.445 e Decreto Estadual
(110) 3926/88 a CT de Saneamento – enviado dia 21/07/14; Composição dos Grupos de
(111) Trabalho para complementação – enviado dia 21/07/14; Regimento Interno
(112) CONCIDADES PARANÁ ao GT de Adequação do Regimento Interno – enviado dia
(113) 30/07/14; Relatório Final da 5ª Conferência Estadual das Cidades – enviado dia
(114) 13/08/2014; Súmulas das Câmaras Técnicas – enviado dia 14/08/2014; Ata da 24ª
(115) Reunião Ordinária – enviada dia 14/08/2014; Pauta e Programação da 25ª Reunião
(116) Ordinária – enviado dia 14/08/2014; **6) Disponibilizado para as Câmaras**
(117) **Técnicas: CT de Saneamento:** material sobre a implementação da Política Nacional
(118) de Resíduos Sólidos – PNRS conforme Lei Federal 12.305/210 e PlanSab – Plano de
(119) Saneamento Básico; **CT de Trânsito:** Código de Trânsito Brasileiro e Diagnóstico
(120) do Sistema Etroviário de Salvador; **CT de Planejamento:** Projeto de Lei que institui
(121) o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e da outras
(122) providências; **CT de Planejamento:** Proposta de Emenda à Constituição que altera o
(123) artigo 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões
(124) metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões e **Atas das CT's**; **7)**
(125) **Informes CONCIDADES NACIONAL:** Dias 23,24 e 25 de Julho de 2014 – 41ª
(126) Reunião Ordinária do CONCIDADES NACIONAL em Brasília; Dia 27/08/2014
(127) Secretário Executivo do Concidades Paraná participou em Brasília da Reunião do
(128) Grupo de Trabalho para subsidiar a elaboração de um relatório preliminar sobre
(129) desenvolvimento urbano sustentável para a Terceira Conferência das Nações Unidas
(130) sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), prevista para
acontecer em 2016; **2. Aprovação da Pauta da 25ª Reunião Ordinária:** Pedido de



(131) inclusão de pauta discussão das propostas da 5ª Conferência Estadual das Cidades
(132) constantes no relatório final da mesma, para que seja assunto de discussão nas
(133) próximas reuniões das Câmaras Técnicas, proposta feita pelo Conselheiro Valdir
(134) Mestriner, qual após está inclusão a pauta foi aprovada por unanimidade de votos. **3.**
(135) **Leitura e Aprovação da Ata da 24ª Reunião Ordinária:** O Sr. Secretário
(136) Executivo dispensou a leitura da Ata da 24ª Reunião, pois a mesma já havia sido
(137) enviada para todos os Conselheiros, feito apenas um adendo pelo Conselheiro Sirlei
(138) Cesar de Oliveira feito isso a Ata foi aprovada por unanimidade. **4. Indicação da**
(139) **Comissão Organizadora da 26ª Reunião Ordinária** - foi composta pelos seguintes
(140) Conselheiros: Jurandir Guatassara – Poder Público Estadual; Marcos Levandoski -
(141) Poder Público Municipal; José Borges – Movimentos Sociais e Populares; Walter
(142) Xavier – Área Empresarial; Marli Segato Babinski – Área dos Trabalhadores;
(143) Andreia C. Braga – Área Acadêmica e de Pesquisa e Ailton Lima – ONG's. **5.**
(144) **Apresentação sobre 'Fracking'ou Fraturamento Hidráulico feita pelo**
(145) **Engenheiro Ivo Pugnalmi** o qual começou sua apresentação explicando o que é o
(146) processo do fracking ou fraturamento hidráulico é a exploração de gás não
(147) convencional feito no solo, são injetados mais de 600 produtos químicos que fazem
(148) mal a saúde, ocorrendo o envenenamento da água. Apresentou também o vídeo 'La
(149) guerra del fracking' feito na Argentina e mais alguns vídeos americanos e por fim
(150) pediu a todos a entrarem no site www.frackingbrasil.blogspot.com. Sua apresentação
(151) na íntegra foi enviada para todos os Conselheiros por e-mail. Perguntas e/ou
(152) esclarecimentos/contribuições feitas pelos seguintes Conselheiros: **Neuroci Antonio**
(153) **Frizzo:** Trouxe a notícia que a Presidente Dilma centralizou a questão fracking no
(154) IBAMA; **Orlando Bonette:** Com a força que este Conselho tem precisamos instruir
(155) principalmente os municípios onde está acontecendo a entrega do solo para a
(156) exploração do gás; **Sirlei Cesar de Oliveira:** Parabenizou pela excelente
(157) apresentação e acrescentou que se o problema está nas câmaras municipais de
(158) vereadores, poderia começar a discussão na Assembleia Legislativa do Estado. E
(159) acrescentou que aumenta a responsabilidade do CONCIDADES e da SEDU aos
(160) municípios que não tem Conselho instituído, instituir, levando contribuições a todo o
(161) Brasil começando pelo nosso Estado; **Engenheiro Ivo Pugnalmi:** esclareceu que
(162) tem o Projeto de Lei nº 737/2013 na ALEP, pedindo moratória por cinco anos ou até
(163) que se comprove que esta ação não prejudica o solo, Projeto este de autoria do
(164) Deputado Raska Rodrigues; **Luis Cândido Ferreira Martins:** Desconhecíamos
(165) desta informação, e convidou o palestrante para fazer esta exposição na FIEP, na área
(166) empresarial também. **Engenheiro Ivo Pugnalmi:** Foz do Iguaçu-PR criou a primeira
(167) Lei Municipal do Brasil que proíbe a exploração do fracking. O município de
(168) Cascavel fez uma audiência pública e conseguiu moratória por cinco anos. **Valdir**
(169) **Mestriner:** Devemos fazer uma resolução recomendada aos municípios, comentou
(170) que nos locais onde há concessão para a prática do fracking é necessário um trabalho
(171) mais intenso, assim como atenção especial onde há uso do solo para produção
(172) agrícola, principalmente soja, e criação animal para consumo, carne de frango etc.
(173) **Silvio José Gonçalves:** questionou se houve participação da sociedade rural na
mobilização sobre o assunto, principalmente em Cascavel e Foz do Iguaçu, onde já



(174) foi discutido o tema; comentou a preocupação com a lei do uso do solo, que é
(175) aprovada segundo interesses pelos vereadores e, depois, quando vetada pelo prefeito
(176) volta a ser votada e não aprovada pelos mesmos que antes tinham voto positivo.
(177) Comentou ainda, que a campanha deve ser contínua e encampada pelos agricultores.
(178) **Walter Xavier:** vou fazer um relatório sobre isso e levar a presidência da ACP, para
(179) que o setor empresarial tome conhecimento e mobilize-se no caso. O caminho para
(180) deter esse mal é o poder político; **Neuroci Antonio Frizzo:** O município de Toledo
(181) ia ser a primeira perfuração, um dos maiores produtores de suíno, leite, milho, peixe,
(182) ou seja, que dependem da água para produção. Reafirma a extrema importância de
(183) estender a discussão; **João Francisco Ferreira:** Devemos fazer os conselhos
(184) municipais pressionarem os vereadores para criar uma nova Lei proibindo o fracking
(185) no município e também acompanhar a implementação desta Lei; **Anselmo**
(186) **Schwertner:** Devemos conversar com a Itaipu para apoiar e alavancar a discussão
(187) sobre o tema; **Secretário Executivo Mauro Rockenbach:** Gostaria de agradecer a
(188) presença do Engenheiro aqui no CONCIDADES PARANÁ, e esclarecer que hoje, no
(189) Conselho Nacional das Cidades, já existe um grupo de trabalho sobre a questão do
(190) fracking. **6. Apresentação Câmara Técnica de Saneamento,** feita pela Conselheira
(191) Elair de Macedo e Silva Grassani que inicia sua explanação lendo a relação dos
(192) presentes na reunião da CT. Após, procedeu-se à leitura e discussão dos seguintes
(193) documentos: - OFÍCIO SEDU/GS5869 – Ofício nº 0091/2014 protocolado sob nº
(194) 13.270.685-4, encaminhado pela Secretaria Executiva do CONCIDADES PARANÁ
(195) ao Instituto das Águas do Paraná e que tem como assunto: demanda da câmara
(196) técnica de saneamento ambiental do conselho estadual das cidades aprovada na 24ª
(197) R.O: apoio aos municípios na elaboração/apresentação de projetos de execução de
(198) obras de Saneamento; e - ofício nº 401/gab/águas paraná, enviado pelo Instituto das
(199) Águas do Paraná à SEDU, em resposta à solicitação do CONCIDADES PARANÁ e
(200) que informa sobre atribuições e ações do Águas Paraná, relacionadas ao Saneamento
(201) Ambiental, que estão sendo desenvolvidas com vistas ao apoio aos municípios de
(202) menor porte (sem estrutura), apresentadas pelo referido instituto sob a forma de dois
(203) itens, e respectivos subitens, a saber: 1. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos
(204) Sólidos; 2. Drenagem Pluvial Urbana e Manejo de Águas Pluviais. Num segundo
(205) momento, deliberou-se sobre uma única solicitação da CT de Saneamento à
(206) Secretaria Executiva do CONCIDADES – PR; que envie ofício à Coordenadoria de
(207) Resíduos Sólidos da SEMA – PR e à Coordenadoria de Apoio às Ações de Meio
(208) Ambiente do Ministério Público do Paraná para apresentarem um diagnóstico das
(209) Ações e Diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Paraná; bem como
(210) um panorama da situação dos resíduos sólidos nos Municípios. A referida solicitação
(211) se justifica como forma de verificar tanto se a PNRS está sendo devidamente
(212) implementada no Estado como um todo, quanto como forma de obter informações
(213) sobre a realização de processos de avaliação e acompanhamento que tenham sido ou
(214) estejam sendo realizados nesse sentido, e objetiva subsidiar e fundamentar as
(215) discussões e encaminhamentos da CT de Saneamento a serem realizadas ao longo
(216) desta gestão. Demanda aprovada por unanimidade de votos. Perguntas e/ou
esclarecimentos – contribuições feito pelos seguintes Conselheiros: **Marli Segato**



(217) **Babinski:** Nos precisamos da participação dos Conselheiros na reunião das Câmaras
(218) Técnicas, caso estejam ausentes em duas reuniões, que sejam tomadas as devidas
(219) providências; nós precisamos de representantes da SANEPAR; **Nilson Lopes**
(220) **Andrade:** Que esta vaga da SANEPAR seja dada a outro órgão, precisamos que a
(221) Secretaria Executiva nos mande e-mail com a listagem dos Conselheiros por reunião,
(222) para que possamos acompanhar quem está vindo ou não; **Acir Ribeiro de Queiroz:**
(223) Perda muito grande substituir a SANEPAR pois ela atende a todos os municípios;
(224) **Claudio de Jesus de Oliveira Esteves:** A CT promoveu uma discussão sobre a
(225) questão dos resíduos sólidos, apontando as necessidades do plano de resíduos sólidos
(226) a nível municipal; propõe que os representantes externos prestem esclarecimentos
(227) sobre a questão à todo o Conselho e não somente à Câmara; **José Borges:** Não se
(228) pode medir esforços em convidar a SANEPAR para estar presente nas reuniões do
(229) Conselho; **Walter Xavier:** Secretário e Presidente do CONCIDADES que não
(230) comparece as reuniões é um descaso, e que a falta de representação da SANEPAR
(231) chegue ao Governador por meio de Ofício do Secretário do Desenvolvimento
(232) Urbano; **Mauro Rockenbach:** Esclarece que a SEDU contatou a SANEPAR para
(233) verificar a ausência de representantes e que não obteve sucesso em seus retornos a
(234) alternativa é seguir o regimento e retirar a participação de representantes de tais
(235) instancias. Ainda foi comunicado, em novembro de 2013, ao Governador e à Casa
(236) Civil, em documento assinado pelo Secretário, a ausência de todos os conselheiros e
(237) entidades, logo, todas as medidas possíveis já foram tomadas. Deliberação da CT de
(238) Saneamento e para a Secretaria Executiva do CONCIDADES enviar a todos os
(239) Conselheiros listagem com relação de presenças por reuniões e câmaras técnicas
(240) ambas aprovadas por unanimidade de votos; **7. Apresentação Câmara Técnica de**
(241) **Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana,** feita pela Conselheira Vivian Colley,
(242) a reunião da CT foi aberta com a leitura da ata da 24ª reunião ordinária. Em seguida
(243) foi aberta a proposta de definição do planejamento da CT. Foi perguntado à
(244) representante do Detran-PR o motivo do uso do Símbolo Internacional de
(245) Acessibilidade mesmo em veículos apenas parcialmente acessíveis e para esclarecer
(246) os procedimentos, solicitou-se que seja enviado por e-mail, antes da próxima reunião,
(247) aos conselheiros da CT as normativas que definem os critérios de acessibilidade dos
(248) ônibus. Também foi solicitado que os representantes da SEIL enviem, da mesma
(249) forma, as normativas seguidas pelo DER e pela AGEPAR para definição de
(250) acessibilidade no transporte rodoviário intermunicipal. Sugeriu-se que os
(251) conselheiros da CT pesquem a Política Nacional de Mobilidade Urbana e nela
(252) busquem os aspectos de acessibilidade para serem debatidos na próxima reunião.
(253) Ainda baseados na mesma Política, solicitou-se que os conselheiros destaquem
(254) outros pontos importantes para serem avaliados e então constarem como sugestão de
(255) pauta no planejamento da CT. Foi solicitado consultar, por meio de ofício, o
(256) sindicato das empresas de transporte rodoviário intermunicipal, sobre quantos ônibus
(257) do total da frota são classificados como acessíveis, que tipo de adaptações possuem e
(258) qual o tipo de acessibilidade que propiciam. O objetivo é comparar o declarado pelas
(259) empresas com o declarado pelo DER, entender qual a realidade das informações e
então exigir que seja aplicado o conceito de acessibilidade universal, com o acesso



(260) democrático ao transporte. Ao final sugeriu-se a criação de um grupo de e-mails da
(261) CT para que a comunicação seja mais ativa nos intervalos e, assim, as reuniões mais
(262) produtivas. Tendo como deliberação: Ofício ao Sindicato das Empresas
(263) Interestaduais, solicitando informação sobre quantos veículos do total da frota, tem
(264) documentos os certificando como acessíveis e que tipo de acesso é possibilitado.
(265) Deliberação aprovada por unanimidade de votos. Perguntas e/ou
(266) esclarecimentos/contribuições feitas pelos seguintes Conselheiros: **João Francisco**
(267) **Ferreira:** Acessibilidade não se trata apenas às pessoas com deficiência, e sim
(268) inclusão social para todos; **Luis Cândido Ferreira Martins:** Necessidade de
(269) levantar dados sobre a acessibilidade do transporte de ônibus e então implantar o que
(270) foi proposto no papel; **Marcos Levandoski:** Existe uma lei federal que as empresas
(271) não estão cumprindo e a maioria dos nossos governantes também não, nossa
(272) responsabilidade cobrar seu cumprimento; **Sirlei Cesar de Oliveira:** Nossa
(273) responsabilidade cobrar o cumprimento da lei, garantir que todos os ônibus de
(274) transporte escolar municipal sejam adaptados. Deliberação aprovada por
(275) unanimidade. **Apresentação da Câmara Técnica de Habitação**, apresentação feita
(276) pela Conselheira Joseli Collaço que iniciou com a leitura da ata da 23ª Reunião
(277) Ordinária da Câmara Técnica de Habitação, do dia 05 de abril de 2014, cujo inteiro
(278) teor segue: A conselheira Maria das Graças, após a leitura feita por Jeseli Collaço,
(279) pediu a inclusão da pauta colocada por ela referente à criação de um ponto de
(280) controle com a participação da Caixa Econômica Federal. O conselheiro Sebastião
(281) (CMP – Londrina) falou sobre a Conferência, que foi feita tudo por debaixo dos
(282) panos, em que o Prefeito de Londrina não convidou as entidades. O conselheiro João
(283) Verçosa explicou que são 13 membros representantes das comunidades (os demais
(284) serão indicados) CMC – Conselho Municipal das Cidades. O Conselheiro Bonette
(285) coloca a necessidade de uma resolução e aprovação dos documentos: solicitações de
(286) informações sobre o Programa Morar Bem Paraná. Conselheiro Orlando Bonette
(287) falou sobre o grupo de trabalho, referente a indicação por parte de cada segmento.
(288) Conselheira Jocely falou sobre a falta de Política Nacional de Desenvolvimento
(289) Urbano. Movimento Social: orçamentos através dos Conselhos. Conhecimento não
(290) dá poder, longe do ideal Movimento Urbano. Conselheiro Anselmo: enquanto não
(291) colocarmos em pauta uma política séria, o que estamos fazendo aqui? Conselheiro
(292) Sirlei César reconstruir, aprovar exigir, Como faremos para que o Secretário de
(293) Habitação participe e esteja presente nas datas das Reuniões do Conselho do início
(294) ao fim, podendo mudar as datas se necessário. Reafirmar a importância do Secretário
(295) fazer-se presente. Conselheiro Orlando Bonette: Levar em plenária a estrutura e
(296) funcionamento do CONCIDADES quanto aos Conselhos Municipais das Cidades
(297) que não estão atuando corretamente. Conselheiro Sebastião falou sobre o Conselho
(298) de Habitação – leis dos benefícios-fundos, conselho, planos. Conselheira Maria das
(299) Graças falou sobre o Fundo Habitacional (FINHIS): qual a prioridade? Recurso
(300) Minha Casa Minha Vida, um fundo sem fundo? Precisamos nos organizar, nos
(301) capacitar e acolher os novos. Quem realmente já sentiu e viveu tudo de perto, lutar e
(302) lutar sempre! Aparecido comentou sobre o Plano Diretor, que faz no papel e fica
recebendo. Precisamos acompanhar de perto, temos que aprovar no pleno do



(303) Conselho, acompanhar a Comissão, percorrer e cobrar não só no papel, temos que
(304) participar e homologar. Conselheiro João Verçosa disse que no momento em que se
(305) organizou, muito pouco perto do que foi liberado os recursos. Definir quem serão os
(306) beneficiários. Desmobilizaram a gente, a PEC foi aprovada e a nossa fatia?
(307) Conselheira Maria das Graças divide quantas entidades foram habilitadas?
(308) Conselheiro Marcos (Ponta Grossa): a porcentagem de casas (Aprolar) é de 10% de
(309) área de risco através da Defesa Civil. Conselheira Jocely explicou que não há
(310) recurso. Devem documentar e mandar à Brasília. Conselheiro Anselmo: a Câmara
(311) deve colocar em pleno se irá implementar uma pauta de Política de Estado para
(312) serem deliberativos. Conselheira Joseli Collaço leu a solicitação de informações
(313) sobre o Programa Morar Bem Paraná e a proposta para pleno de Governo do Paraná
(314) e levar ao pleno para aprovação. Conselheiro Orlando Bonette pediu para
(315) elaborarmos uma proposta e levar para o GT de Conflitos uma moção em favor das
(316) famílias que estão em frente ao Fórum de São José dos Pinhais ameaçadas de
(317) despejo. Rever valores, marcar uma reunião com o Ministério Público. Tendo como
(318) deliberações - Ofício destinado a COHAPAR solicitando informações sobre o
(319) Programa Morar Bem Paraná que segue: Os Conselheiros representantes da
(320) UMP/PR, Orlando Bonette e Maria das Graças vêm, através de sua representação no
(321) Conselho das Cidades do Paraná, apresentar proposta ao pleno do CONCIDADES
(322) para que o mesmo formule o requerimento à Companhia de Habitação do Paraná –
(323) COHAPAR, solicitando informações sobre o Programa Morar Bem Paraná,
(324) regulamentado pelo Decreto 5132, de 02 de janeiro de 2012 e Lei 17.194/1, de 21 de
(325) junho de 2012, do Governo do Paraná, conforme questionamentos a seguir: Número
(326) de famílias beneficiadas pelo Programa; Valor do recurso financeiro do tesouro do
(327) Estado investido no Programa; Quais empreendimentos receberam benefícios,
(328) especificando município e valor investido; Valor do investimento financeiro previsto
(329) e valor real investido até dezembro de 2014. E Ofício ao Governo do Estado
(330) encaminhando proposição de Plano de Governo para implantação no Estado,
(331) elaborado pela União por Moradia Popular do Paraná – UMP; **Deliberações:**
(332) Encaminhar ofício a COHAPAR solicitando informações sobre o Programa Morar
(333) Bem Paraná; Encaminhar ofício ao Governo do Estado do Paraná encaminhando
(334) proposição de Plano de Governo para implantação no Estado do Paraná, elaborado
(335) pela União por Moradia Popular do Paraná; Encaminhar ao Ministério Público do
(336) Estado do Paraná com cópia a UMP - Moção de Apoio em favor das famílias que
(337) estão em frente ao Fórum de São José dos Pinhais ameaçadas de despejo. Perguntas
(338) e/ou esclarecimentos/contribuições feita pelos seguintes conselheiros: **Orlando**
(339) **Bonette:** Precisamos encaminhar uma Moção de Apoio às famílias, em São José dos
(340) Pinhais, famílias estas, que compraram terrenos de imobiliárias e que, pelo alto custo,
(341) não estão conseguindo pagar. As imobiliárias estão entrando com recurso de
(342) reintegração de posse. **Andreia C. Braga:** Seria interessante verificar o projeto de lei
(343) que prevê, em todo município, como serão resolvidas as situações de regularização
(344) fundiária e também concessões especiais de uso afim de moradia; importante
(345) também que as informações recolhidas fossem repassadas de uma Câmara para
outra; **Hilma de Lourdes Santos:** Sobre a questão de São José dos Pinhais,



(346) comentou que o fato já aconteceu outras vezes, que, devido ao Programa Minha Casa
(347) Minha Vida e o aumento do valor da terra, as famílias que já quitaram os terrenos,
(348) quando vão retirar os documentos, são obrigadas a recomeçar com o valor
(349) atualizado; **Sirlei Cesar de Oliveira:** Referente ao GT de acompanhamento aos
(350) Conselhos Municipais quais estruturas a SEDU nos dará para acompanhar esses
(351) Conselhos? A SEDU precisa nos fornecer um plano de trabalho, uma credencial
(352) especial da SEDU para que nos possamos nos apresentar nos municípios; **Secretario**
(353) **Executivo Mauro Rockenbach:** Lembra que o grupo de acompanhamento dos
(354) conselhos municipais deve, antes de tudo, fazer um levantamento dos municípios que
(355) têm conselhos ativos e, então, fazer uma visita aos conselhos; **Gilmário Ferraz da**
(356) **Silveira:** Londrina tem uma Lei Municipal, o qual consta uma composição
(357) divergente da qual o Conselho das Cidades exige. Precisa definir um conselho único;
(358) **Silvio José Gonçalves:** Comentou uma situação específica de Londrina, que estão
(359) criando cada vez mais mecanismos para proteger o capital com dinheiro público;
(360) **Orlando Bonette:** Devemos exigir dos administradores a utilização do Estatuto das
(361) Cidades. Banir a presença da polícia nas ações de reintegração de posse sem que
(362) antes se tenha conhecimento sobre o caso. Deliberações aprovadas por unanimidade
(363) de votos. **8. Apresentação Câmara Técnica de Planejamento,** feita pela
(364) Conselheira Andrea C. Braga que começou listando os presentes na reunião da CT, e
(365) após leu os informes, que seguem: Reunião dos Coordenadores e Secretários das
(366) Câmaras Técnicas do Concidades Paraná: sugestão de que as Câmaras retomem as
(367) deliberações expressas nas Conferências, com identificação das prioridades
(368) aprovadas e o que compete para a CT de Planejamento abarcar em suas discussões;
(369) Ausência justificada do conselheiro Paulo Nobukuni. Pauta Prioritária de Discussão
(370) – Plano Diretor: Discussão sobre: Planos Gerais, Definição de conteúdo mínimo para
(371) elaboração dos Planos. **Mediador para o debate sobre Planos Diretores:** Carlos
(372) Augusto Storer. **Documentos disponibilizados para discussão:** Minuta do Termo de
(373) Referência para Revisão dos Planos Diretores e documento de embasamento para
(374) revisão dos Planos. **Principais Discussões:** - Explanação sobre o processo histórico
(375) de institucionalização dos Planos Diretores no Paraná - enfoque que o Paraná é
(376) destaque tanto no processo de implementação dos Planos, bem como o Estado que
(377) mais tem municípios com Planos produzidos (94,8%) detalhamento de dados sobre
(378) os planos que foram levantados pelo Paraná Cidades (documentação anexa).-
(379) Apresentada Planilha dos Municípios que deverão realizar a revisão dos Planos
(380) Diretores nos próximos anos. Salto de quantitativo para a revisão nos anos de 2016 –
(381) 63 municípios; 2017 – 48 municípios; 2018 – 60 municípios; 2019 – 41 municípios;
(382) 2020 – 36 municípios e 2021 – 48 – municípios (detalhamento dos dados em anexo)
(383) - Exposição de Minuta do Termo de Referência para Revisão de Plano Diretor nos
(384) Municípios – proposta de construção de um documento que indique parâmetros
(385) básicos no processo de elaboração do Plano Diretor, e vise definir objetivos,
(386) diretrizes e propostas de intervenção para o desenvolvimento dos municípios. -
(387) Exposição sobre os tópicos do documento com destaque: Detalhamento das
(388) atividades desenvolvidas pela equipe que irá revisar o plano, com a previsão das
fases e produtos mínimos a serem entregues. Discussão sobre a importância do



(389) monitoramento para identificar o que foi possível implementar ou não no município
(390) (previsão normativa de avaliação dos planos uma vez por ano) – incidência para que
(391) esta avaliação ocorra com participação popular e devolutiva para a população.
(392) Ampliação do quadro técnico de profissionais (geologia, profissional da área social);
(393) Alguns municípios já estão utilizando esses parâmetros – proposta que em 2016 o
(394) termo seja aplicado em todos os municípios no processo de revisão; Grupo indica a
(395) necessidade de discussão mais aprofundada sobre o documento para contribuir com
(396) proposições; Importância de processo avaliativo dos municípios que identifiquem os
(397) limites e possibilidades que ocorreram no processo com o intuito dos municípios
(398) avançarem tanto no procedimento da revisão, quanto na efetividade de aplicabilidade
(399) dos planos. Encaminhamentos: Proposta de composição de Grupo de Trabalho que
(400) produza uma nota técnica sobre o conteúdo do Termo de Referência de revisão dos
(401) Planos Diretores. A nota será apresentada na próxima reunião da Câmara. Será
(402) definida data da reunião do GT por e-mail. Composição parcial do grupo: Carlos
(403) Storer, Jose Ricardo, Olga Lucia C. Firkolski, Sandro Cetim. Proposta da CT em
(404) conjunto com o Paraná Cidades em organizar um Seminário de Avaliação dos Planos
(405) Diretores. Perguntas e/ou esclarecimentos/contribuições feitas pelos seguintes
(406) Conselheiros: **Secretário Executivo Mauro Rockenbach:** comentou sobre a
(407) novidade do CT de Planejamento do CONCIDADES Nacional, do qual faz parte, que
(408) o Ministério está preparando um material, que é uma cartilha mínima para que
(409) municípios com menos 20 mil habitantes façam um planejamento quanto à questão
(410) do solo e urbanização, já que o Plano Diretor não é obrigatório. Agradece a presença
(411) e o trabalho de divulgação das atividades do Conselho a Sra. Vania, da Assessoria de
(412) Imprensa da SEDU; **Carlos Storer:** O Estado Paraná tem, a partir de 2001, uma ação
(413) muito concreta com relação aos Planos Diretores. Desde 1948 existe um órgão com a
(414) função de oferecer assistência técnica aos municípios, que, embora passando por
(415) alterações, não tiveram descontinuidade, e hoje é o Serviço Social Autônomo –
(416) PARANACIDADE. Segundo pesquisas do IBGE do ano de 2012 e 2013, o Paraná é
(417) o estado com mais municípios com Plano Diretor. Mas não levando apenas em
(418) consideração números, mas também qualidade, está sendo apresentado à CT do
(419) CONCIDADES PR e ao Observatório de Políticas Públicas, de termos de referência
(420) que contenha todos os instrumentos necessários para que o Estatuto das Cidades de
(421) implemente nos municípios. Lembra que o Estado do Paraná está muito a frente da
(422) União. **9. Apresentação GT Fracking,** feita pelo Conselheiro Ronald Drabik, o qual
(423) iniciou sua explanação comentando sobre a palestra ocorrida nesta manhã sobre
(424) ‘Fracking’. Frisou que apenas quatro conselheiros participaram da reunião. Solicitou,
(425) então, que mais pessoas participem assim como tragam materiais e informações para
(426) que se possa haver discussão e trazer subsídios para apresentar à plenária. **10.**
(427) **Apresentação GT Acompanhamento Ações da Defesa Civil:** O Conselheiro
(428) Cláudio de Jesus de Oliveira Esteves iniciou sua apresentação dizendo que o GT
(429) recebeu novos integrantes, Elair, Joseli, Líbina e Marcos, assim como a presença dos
(430) Conselheiros, Fausto, Marli e João Ferreira, de outro grupo de trabalho. Retiraram
(431) um encaminhamento básico, que os membros do GT devem ter conhecimento da Lei
12.608, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para então iniciar



(432) um plano de trabalho a partir da próxima reunião. Outra questão colocada é do grupo
(433) interagir com relação ao fracking, para garantir a proteção e defesa civil das questões
(434) futuras que se colocam em relação às consequências que podem vir afetar as
(435) populações das regiões de explorações. Perguntas e/ou contribuições: **Marcos**
(436) **Levandoski:** Todos os municípios terão que fazer o plano de emergência, que irão
(437) garantir que os recursos da Defesa Civil possam ser repassados aos municípios em
(438) caso de desastres, como ocorrido nos meses anteriores pela chuva. **11. Apresentação**
(439) **GT Acompanhamento dos Conselhos Municipais,** feita pela Conselheira Andrea
(440) C. Braga, a qual começou sua apresentação abordando os principais pontos, quais
(441) foram: Apresentação dos dados fornecidos pelo Paraná Cidades sobre a
(442) implementação dos Conselhos a partir dos Planos Diretores Municipais;
(443) levantamento preliminar que prevê que no Estado existem 329 municípios com
(444) Conselhos criados por leis conforme previsão do Plano Diretor; No processo de
(445) identificação dos conselhos instituídos verificou-se o total de 43% dos conselhos do
(446) Paraná tem como prerrogativa o caráter ‘deliberativo’, sendo 142 dos 329
(447) municípios; Constatou-se que não consta em seus Decretos e Leis sobre, o que o
(448) Conselho delibera, e não há identificação detalhada sobre o processo de
(449) funcionamento e efetividade desses canais de participação; Foi encaminhado ofício
(450) pelo Concidades Paraná aos 399 municípios paranaenses solicitando informações do
(451) levantamento dos conselhos relativos à política urbana, tendo retorno das
(452) informações de 29 municípios; Mediante a dificuldade de retorno dos dados
(453) solicitados, sugeriu-se que a proposta de exigência do levantamento dessas
(454) informações fossem em municípios com quantitativo acima de 20.000 habitantes o
(455) que reduziria o levantamento de análise para uma média de 50 municípios;
(456) Evidencia-se que há conselhos que ocorrem a interposição de ações relacionadas à
(457) temática urbana nos municípios, havendo a necessidade de levantamento de dados
(458) sobre a situação atual dos conselhos e previsão de elaboração de uma Nota de
(459) Recomendação dos integrantes do Concidades Paraná que preveja e indique de forma
(460) detalhada sobre o processo de unificação dos conselhos, bem como as diretrizes para
(461) o detalhamento de suas prerrogativas. Deliberar sobre o que? Votação dos
(462) conselheiros para a escolha do Presidente do Conselho e a recomendação de um vice
(463) presidente. O objetivo de tal ação pretende o fortalecimento dos espaços
(464) participativos, superação de ações fragmentadas e o planejamento urbano de forma
(465) articulada. Encaminhamentos: - Realizar o levantamento articulado e conjunto de
(466) informações entre o Paraná Cidades e o Concidades Paraná sobre o funcionamento
(467) dos Conselhos da Cidade com a população acima de 20.000 habitantes; - Construção
(468) de Recomendação do Concidades Paraná, que preveja a Unificação dos Conselhos.
(469) Será realizado estudo e emissão de nota técnica a ser elaborada pelo Grupo de
(470) Trabalho; - Itens levantados para a construção da nota técnica – (i) Prever a
(471) unificação do Conselho de forma detalhada e com indicação das prerrogativas de
(472) organização de um único conselho que debata a temática urbana; (ii) Especificar o
(473) processo de deliberação do Conselho e sobre os princípios, diretrizes e atribuições,
(474) incluindo a previsão que o Presidente do Conselho seja eleito em plenária pelos
conselheiros e seja instituído a representação de um vice presidente, garantir a



(475) proporcionalidade de 60% de Sociedade Civil e 40% do Poder Público; - Pensar em
(476) processo organizativo de evento que discuta com os Conselhos do Paraná uma
(477) análise sobre a sua implementação e trace um panorama dos principais limites e
(478) possibilidades de atuação. Perguntas e/ou contribuições feitas pelos seguintes
(479) Conselheiros: **Sebastião Francisco Rego:** Há um grande argumento a ser levado aos
(480) prefeitos, com relação aos recursos que podem ser investidos diretamente nos
(481) municípios pelo CONCIDADES; **Ronald Drabik:** Em Cascavel, tentamos seguir o
(482) modelo do Concidades Nacional e Estadual. Muitas vezes, falta conhecimento aos
(483) municípios pequenos sobre o funcionamento dos Conselhos. Sugere que, no próximo
(484) ano, pelo menos duas reuniões do Conselho Estadual sejam feitas no interior do
(485) Estado, como uma sugestão de inovação. Assim, os conselheiros municipais podem
(486) participar da reunião afim de aprender e adaptar o modelo de reunião. **Valdir**
(487) **Aparecido Mestriner:** Para a organização da próxima Conferência, é importante
(488) pensar a importância desse grupo, pois é muito difícil manter contato com os
(489) municípios e acaba gerando uma série de problemas que acabam invalidando as
(490) conferências municipais. Desde a Conferência Estadual das Cidades que não há
(491) notícias sobre o encaminhamento do Projeto de Lei à Assembleia Legislativa
(492) tornando o Conselho deliberativo ou não; **José Borges:** Deve-se levar um avanço aos
(493) Conselhos Estaduais, seguindo a hierarquia dos conselhos, como exemplo aos
(494) municipais, e não um retrocesso, com relação a estes sendo deliberativos. **Sirlei**
(495) **César de Oliveira:** Devemos encaminhar aos deputados federais uma moção de
(496) apelo para não revogação do Decreto 8.243, de 2014, que fala sobre a participação
(497) popular nos Conselhos. Que seja instituído deliberativo o Conselho Nacional das
(498) Cidades, e, assim, também o Conselho Estadual. **Anselmo Schewertner:** Para
(499) avançar e ter um Conselho efetivo, que o Conselho se esforce e pressione os
(500) governantes. **Aprovada por unanimidade a deliberação do encaminhamento aos**
(501) **deputados federais de uma Moção de Apelo para não revogação do Decreto**
(502) **8.243/2014. 12. Relato da Reunião dos Coordenadores e Secretários das CTs**
(503) **realizada dia 13 de Agosto de 2014,** feito pelo Conselheiro Valdir Mestriner, qual
(504) teve como pauta: **Atividades de Planejamento das Câmaras:** - Exposição das ações
(505) planejadas nas Câmaras de Habitação; de Saneamento Ambiental; de Trânsito,
(506) Transporte e Mobilidade Urbana; e de Planejamento e Gestão do Solo Urbano e
(507) Territorialidade, sendo identificada a necessidade de propor uma metodologia que
(508) facilite os trabalhos, o acesso às informações produzidas pelo grupo e ampliar o
(509) diálogo entre as câmaras. - Sobre o planejamento conjunto das Câmaras: (i)
(510) encaminhar para os conselheiros previamente as pautas que serão discutidas nas
(511) Câmaras Técnicas, bem como o material de apoio; (ii) especificar o tempo de fala
(512) nas intervenções dos grupos, (iii) elaboração dos relatórios das câmaras de forma
(513) concisa e que contemple os principais debates, encaminhamentos e decisões
(514) coletivas. - *Solicitação para que a Secretaria Executiva do Conselho acompanhe as*
(515) *atividades da Câmara conforme prerrogativas do Regimento Interno do Concidades,*
(516) *em seu artigo 23 no § 1º, que prevê: “A Secretaria-Executiva do CONCIDADES*
(517) *PARANÁ tem por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo*
às Câmaras Técnicas, fornecendo as condições para o cumprimento das



(518) *competências legais do CONCIDADES PARANÁ e ainda, o mesmo artigo, prevê em*
(519) *seu parágrafo § 7º que a Secretária Executiva deverá acompanhar e apoiar as*
(520) *atividades das Câmaras Técnicas, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de*
(521) *apresentação de trabalhos ao Plenário”.- Atualização de link das Câmaras Técnicas*
(522) *no site do Concidades Paraná - que identifiquem as atividades realizadas pelas*
(523) *Câmaras Técnicas, inclusão dos materiais de apoio e indicação dos temas debatidos*
(524) *nas reuniões. **Encaminhamento:** (i) solicitar a presença da Secretária Executiva nas*
(525) *próximas reuniões das Câmaras; (ii) após a definição do planejamento – incluir no*
(526) *site do Paraná Cidades o plano de trabalho e inclusão dos materiais que subsidiarão*
(527) *as discussões; (iii) pautar na próxima reunião das Câmaras os encaminhamentos*
(528) *sugeridos na reunião dos Coordenadores e Secretarias para a aprovação do grupo.*
(529) **Atribuições dos Coordenadores e Secretários das Câmaras:** - Não há a indicação
(530) das atribuições do Coordenador e Secretaria no Regimento Interno do Conselho,
(531) verificar se no processo de revisão do regimento interno do Concidades, será
(532) relevante definir as ações da coordenação e secretaria. Identificou-se a possibilidade
(533) de substituição da coordenação e secretaria a qualquer momento nas Câmaras
(534) Técnicas, conforme previsão no regimento: A coordenação e a secretaria poderão ser
(535) substituídas por maioria simples de sua Câmara a qualquer momento cabendo
(536) recurso ao plenário, se necessário. Quanto às atividades do Coordenador - foi
(537) apontado que o papel do Coordenador será de conduzir as atividades da Câmara
(538) Técnica e mediar na reunião os assuntos pertinentes à pauta e os encaminhamentos
(539) realizados pelo grupo; Referente às atividades da Secretaria - deverá relatar as
(540) discussões e principais encaminhamentos realizados nas Câmaras Técnicas para
(541) apresentação na plenária, deverá ter respaldo da Secretaria Executiva do Conselho,
(542) no processo de organização das ações da Câmara. **Planejamento das Atividades da**
(543) **Câmara pautado nos encaminhamentos das Conferências:** - Debate no grupo
(544) sobre a importância das Câmaras retomarem as deliberações expressas no relatório
(545) final das Conferências, identificando as prioridades aprovadas e o que compete para
(546) as câmaras abarcarem em suas discussões. Sugestão de indicar para as próximas
(547) Conferências o processo de prestação de contas do Conselho sobre o que foi indicado
(548) como diretriz para política urbana e quais as propostas que foram implementadas,
(549) encaminhadas e não cumpridas. Reflexão crítica à ausência de encaminhamento das
(550) decisões tomadas nas conferências anteriores e que tais discussões deverão perpassar
(551) pelas Câmaras Técnicas do Conselho, ou serem trabalhadas nas reuniões ordinárias
(552) do Concidades. **Encaminhamento:** Envio do relatório da 5ª Conferência Estadual
(553) das Cidades para os conselheiros. Possibilidade de incluir na pauta da 25ª Reunião
(554) Ordinária a discussão sobre o resultado das Conferências e quais os
(555) encaminhamentos e discussões pertinentes ao Concidades Paraná e Câmaras
(556) Técnicas. O qual foi incluído em pauta e enviado via e-mail. Perguntas e/ou
(557) contribuições feitas pelos seguintes Conselheiros: **Ailton Lima:** todos os segmentos
(558) estão representados no GT de Regimento Interno, então todos que quiserem, podem
(559) mandar sugestões pelos seus representantes do segmento. Todos os assuntos
(560) colocados na discussão já foram tratados nas duas reuniões do grupo de trabalho. É importante que se leve ações e discussões aos conselhos do interior sobre os assuntos



(561) tratados nos grupos de trabalho e, quanto a isso, o GT de Regimento Interno irá
(562) discutir uma solução. **12.** Nada mais havendo a tratar **Encerramento** feito pelo
(563) Secretário Executivo Mauro Rockenbach. Nada mais havendo a tratar, deu-se por
(564) encerrada a 25ª Reunião Ordinária e eu, Lyana Bacil, Assessora Jurídica deste
(565) CONCIDADES PR, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada por
(566) todos os Conselheiros presentes.



1. Adriane Nunes Ferreira
2. Ailton Martins Lima
3. Andrea Luiza Curalinho Braga
4. Anselmo Schwertner
5. Aparecido da Silva Castro
6. Carlos Augusto Storer
7. Claudio Jesus de Oliveira Esteves
8. Elair de Macedo E Silva Gracani
9. Eliete de Campos Lima
10. Fausto Yoshinori Anami
11. Gilmário Ferraz da Silveira
12. Hilma de Lourdes Santos
13. Izabella Maria Swierczynski
14. João Alberto Verçosa Silva
15. José Borges
16. José de Souza Leal Neto
17. Joselli Colaço
18. Jocely Maria Thomazoni Loyola
19. Libina da Silva Rocha
20. Lorreine Santos Vaccari
21. Luis Cândido Ferreira Martins
22. Luiz de Mauro
23. Lyana Bacil
24. Maria Inez Gomes
25. Marcia Gomes de Oliveira Marinho
26. Marcos Antônio Levandoski
27. Marli Segato Babinski
28. Mauro Sergio Langowski
29. Moacyr Miranda de Oliveira
30. Neuroci Antonio Frizzo
31. Nilson Lopes Andrade
32. Olga Lúcia Castreghini de Freitas
Firkowski
33. Orlando Bonette
34. Paulo Rolando de Lima
35. Ronald Peixoto Drabik
36. Silvio José Gonçalves,
37. Sirlei Cesar de Oliveira
38. Valdir Aparecido Mestriner
39. Valentim Nada da Silva
40. Vivian Colley
41. Walter Xavier
42. Zilda Maria Cavalarini